



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Processo nº: 00600-00003117/2020-29-e.

Órgão de Origem: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

Assunto: Admissão de Pessoal.

Ementa:

- Examina-se a legalidade de admissões no cargo de Agente Penitenciário, atual Agente Policial de Custódia, realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 98/1990, publicado no DODF de 13/7/1990;
- Decisão nº 2.701/2020: pelo conhecimento das fichas admissionais juntadas ao processo em apreço, bem como, para fins de registro, das admissões de interessados, efetivadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF para o cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), todas amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado e decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 98/90, publicado no DODF de 13.07.90, e pela determinação à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF para que, em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, prestasse a este Tribunal, no prazo fixado, os esclarecimentos quanto ao ingresso e à permanência na PCDF dos servidores Francisco Araújo Filho, Adenilde Soares Costa, Laércio Sousa Dos Santos e Paulo Vicente Da Silva Junior, porquanto o deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (registrado no SIRAC – litisconsórcio ativo), ao menos, aparentemente, não fora favorável a eles, sem prejuízo de outras medidas eventualmente exigidas para sanear a situação de cada um dos interessados supramencionados;
- O Corpo Técnico sugere a regularidade de duas admissões e determinação à PGDF;
- MPjTCDF: Parecer convergente;
- **VOTO** convergente.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre o exame da legalidade de admissões no cargo de Agente Penitenciário, atual Agente Policial de Custódia, realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 98/1990, publicado no DODF de 13/7/1990, conforme fichas admissionais juntadas ao processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

2. Na última assentada, a Corte de Contas, a teor da Decisão nº 2.701/2020, deliberou o seguinte:

“I – tomar conhecimento: a) das fichas admissionais juntadas ao processo em apreço; b) para fins de registro, das admissões dos interessados abaixo nomeados, efetivadas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para o cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), todas amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado e decorrentes do concurso público regulado pelo Edital 98/90, publicado no DODF de 13.07.90: Claudio Ferreira do Nascimento, Marcos de Jesus dos Santos, Erivaldo Gouveia Lima e Cláudio César Rodrigues Pereira; II – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal, se necessário, preste a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, os esclarecimentos suficientes e necessários quanto ao ingresso e à permanência na PCDF dos servidores Francisco Araújo Filho, Adenilde Soares Costa, Laércio Sousa dos Santos e Paulo Vicente da Silva Junior, porquanto o deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (registrado no Sirac), ao menos aparentemente, não lhes foi favorável, sem prejuízo de outras medidas eventualmente exigidas para sanar a situação de cada um dos interessados; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências de praxe.”

3. Nesta etapa o Corpo Instrutivo se manifestou por meio do documento eletrônico de nº 7530D23D-e, esclarecendo o seguinte:

“Cuidam os autos do exame de legalidade de admissões sub judice no então cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 98/90, publicado no DODF de 13.07.90, nos exatos termos da ementa.

2. Assim, por uma maior clareza processual, cumpre transcrever o inteiro teor da sobredita Decisão ORD nº 2701/20 (peça 7), proferida na SO nº 5216, de 08.07.20, única e última prolatada nos autos em comento, vazada nos termos abaixo reproduzidos, verbis:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das fichas admissionais juntadas ao processo em apreço; b) para fins de registro, das admissões dos interessados abaixo nomeados, efetivadas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF para o cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), todas amparadas em decisões judiciais transitadas em julgado e decorrentes do concurso público regulado pelo Edital 98/90, publicado no DODF de 13.07.90: Claudio Ferreira do Nascimento, Marcos de Jesus dos Santos, Erivaldo Gouveia Lima e Cláudio César Rodrigues Pereira; II – **determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal, se necessário, preste a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, os esclarecimentos suficientes e necessários quanto ao ingresso e à permanência na PCDF dos servidores Francisco Araújo Filho, Adenilde Soares Costa, Laércio Sousa dos Santos e Paulo Vicente da Silva Junior, porquanto o deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (registrado no Sirac), ao menos aparentemente, não lhes foi favorável, sem prejuízo de outras medidas eventualmente exigidas para sanar a situação de cada um dos interessados;** III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências de praxe.”(sem grifos no original)*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

3. *Em atendimento à decisão suso transcrita, a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF apresentou a esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal o Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peça 12), de 24.08.20, com esclarecimentos.*

4. *Por seu turno, a d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF carreu aos autos um requerimento de cópia (peça 14), de 10.09.20, do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12), de 24.08.20, sem, contudo, apresentar, ao menos até a presente data, a manifestação específica daquele órgão consultivo jurídico do poder executivo do Distrito Federal.*

I. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA

5. *Pois bem. Para cada servidor supracitado no item II da Decisão nº 2701/20 (peça 7), de 08.07.20, a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por intermédio do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12), de 24.08.20, expôs a este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, em síntese, o que segue abaixo:*

(i) que o novo pedido de reconsideração (id est, o segundo pedido, porquanto o primeiro restou indeferido) formulado por FRANCISCO ARAÚJO FILHO fora acolhido pelo então Exmo. Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo Queiroz, com azo no Parecer nº 153/2011 – CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, que tornou sem efeito o ato que exonerou (pág. 30 do DODF nº 37, de 20.02.09) o nominado servidor, reintegrando, assim, o interessado aos quadros da corporação, consoante publicação constante do DODF nº 242, de 03.12.12;

(ii) que o novo pedido de reconsideração (este, também, o segundo pedido, uma vez que o primeiro fora indeferido) formulado por ADENILDE SOARES COSTA fora acolhido pelo então Exmo. Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo Queiroz, com fulcro no Parecer nº 118/2011 – CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, que tornou sem efeito o ato que exonerou (pág. 30 do DODF nº 37, de 20.02.09) a indigitada servidora, reintegrando a interessada aos quadros da PCDF, consoante publicação constante do DODF nº 74, de 18.04.11;

(iii) que o pedido de reconsideração formulado por LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS (in casu, o primeiro e único pedido) restou acolhido pelo então Exmo. Governador do Distrito Federal, Sr. José Roberto Arruda, tornando sem efeito o ato que o exonerou (pág. 30 do DODF nº 37, de 20.02.09) da corporação, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo TJDFT nº 2004.01.1.093492-0 (litisconsórcio ativo com PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, e outros) e, concomitantemente, em acolhimento ao Parecer nº 0459/2009 – PROPES/PGDF, subscrito pelo Procurador do Distrito Federal, Dr. Bruno Augusto Dantas Tavares, e aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria de Pessoal da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, bem como pela Procuradora-Geral Adjunta do Distrito Federal, além de considerar, per relationem, a motivação constante da manifestação da Consultoria Jurídica da Casa Civil do Distrito Federal (registre-se, por oportuno, que o número deste parecer último não fora informado), conforme se extrai do DODF nº 147 (seção 2 – pág. 12), de 31.07.09, tendo assim, por meio de ato administrativo subsequente, "reconduzido" (reintegrado) tal servidor ao referido cargo; e

(iv) que o pedido de reconsideração formulado por PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, em 06.03.09 (aditado em 20.07.09), ao então Exmo. Governador do Distrito Federal, Sr. José Roberto Arruda, em busca da revisão do ato de exoneração (pág. 30 do DODF nº 37, de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

20.02.09), fora autuado por meio do Processo GDF nº 0360-000173/2009, tendo a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, por meio do Parecer nº 1.214/2009 – PROPES/PGDF, de 03.08.09, concluído, in casu, que necessário era revogar do ato de exoneração, pois ainda existia "uma decisão judicial que lhe garante(ria) a permanência no cargo" mas que, "quando a decisão proferida nos autos nº 2004.01.1.093492-0 (litisconsórcio ativo com LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS, e outros) for revertida", a sua exoneração voltará(ria) como imperativo legal", tendo, assim, a autoridade supramencionada tornado sem efeito o ato que exonerou o aludido servidor, de forma a reintegrá-lo à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, consoante publicação constante do DODF nº 203 (seção 2 – pág. 9), de 20.10.09.

6. Noutro giro, conforme mencionado em linhas volvidas, impende frisar que a d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF limitou-se, até a presente data, ao pedido de cópia do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12), de 24.08.20, restando pendente sua manifestação jurídica quanto aos assuntos objeto dos autos.

II. CONCLUSÃO

7. **Ab initio**, insta consignar que, considerando que os fatos narrados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por intermédio do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12), de 24.08.20, ainda inexistem uma conclusão definitiva sobre o tema (uma vez que, a PCDF não traz justificativas jurídicas que expliquem a manutenção dos nominados servidores na corporação), e que o presente feito ainda pende da manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que somente carregou aos autos um expediente específico (peça 14), de 10.09.20, requerendo cópia do ofício retro mencionado (tendo a referida solicitação sido prontamente atendida por este Tribunal), como consequência lógico-natural do feito e considerando que a d. PGDF, consoante a competência desta prevista no art. 1º da Lei Complementar distrital nº 395/01, mostra-se como o órgão consultivo jurídico do poder executivo distrital, outra não pode ser, nesta fase processual, a recomendação deste corpo técnico senão reiterar, ainda que parcialmente, a determinação objeto do item II da Decisão nº 2701/20 (peça 7), de 08.07.20.

8. Explica-se.

9. A PCDF, ao cumprir a diligência mencionada em linha volvidas, noticiou a existência do Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0, que envolve (como autores) as admissões de 2 (dois) servidores das 4 (quatro) admissões pendentes de exame, ou seja, um litisconsórcio ativo envolvendo LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS e PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, além de outros interessados (sem correlação direta com a presente instrução).

10. No processo citado no precedente parágrafo, LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS e PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR lograram êxito desde a sentença prolatada pelo juízo a quo (1ª instância), de 09.11.07, que determinou a nomeação e posse de ambos no então cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, ao r. decisum do Excelso Supremo Tribunal Federal – STF, proferido em 29.04.16, da lavra da eminente Ministra Cármen Lúcia, que negou seguimento ao RE com Agravo nº 964.237-DF, interposto pelo Distrito Federal, passando pelo v. Acórdão nº 398.576, de 18.11.09, da 1ª Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF e pelo AgRg no REsp nº 1.234.902-DF (consoante Acórdão de 03.03.16 do Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ), tendo o feito transitado em julgado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

em 15.09.16 e com decisões judiciais, frise-se, favoráveis a ambos servidores.

11. Ainda, há de se ressaltar, por fidelidade processual, que na sentença exarada pelo juízo a quo – 1ª instância –, de 09.11.07, no aludido Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0, o Distrito Federal, em sede de contestação, alegou preliminarmente a suposta existência de litispendência entre o processo retro e outras quatro ações de mandado de segurança ajuizadas pelos autores (tais quais, o MS/TJDFT nº 2004.01.1.049993-7, impetrado individualmente por LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS, e o MS/TJDFT nº 2004.01.1.049987-3, impetrado individualmente por PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR), o que restou refutado pelo respectivo juiz de direito de 1º grau por haver "diversidade de partes", porquanto nos mandados de segurança individuais impetrados era o Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, que figurava como parte passiva, e não o Distrito Federal, além de, na conclusão alcançada por daquele d. juízo, haver uma "diversidade de causa de pedir", id est, nas palavras dele: "enquanto naquelas (os mandados de segurança retro) a causa de pedir é a abertura de novo concurso público para preenchimento de vagas para o mesmo cargo, nesta (o Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0) é a preterição dos autores em razão da nomeação de candidatos aprovados posteriormente a eles".

12. Outrossim, imprescindível é destacar que, para LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS e para PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, as decisões judiciais proferidas no bojo dos mandados de segurança individuais acima mencionados e no Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2, objeto do item II da Decisão nº 2701/20 (peça 7), de 08.07.20, ainda que desfavoráveis (ou não) aos servidores retro, ao ver desta unidade técnica, parecem em nada afetar o resultado do multicitado Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0, no qual os referidos servidores obtiveram sucesso no poder judiciário, fato que permite considerar regulares as admissões de ambos no então cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 98/90, publicado no DODF de 13.07.90, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhe deram causa, ora já transitadas em julgado.

13. Ademais, quanto às admissões de FRANCISCO ARAÚJO FILHO e ADENILDE SOARES COSTA, dúvidas ainda sopesam quanto ao deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (conforme registrado no SIRAC pela PCDF), que aparentemente não lhes foi favorável (bem como, também, pelo fato de que esta unidade técnica desconhece o teor do Parecer nº 153/2011 – CJDF/GAG [ref. ao primeiro servidor supra] e do Parecer nº 118/2011 – CJDF/GAG [ref. à segunda servidora retro mencionada], ambos da Consultoria Jurídica do Distrito Federal), uma vez que a d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF ainda não se manifestou nos presentes autos (ao menos até a presente data), impondo, assim, uma nova diligência, a fim de que a PGDF forneça a este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal informações conclusivas quanto ao desfecho do aludido mandamus, o que permitirá o regular e legal andamento do presente feito, sem prejuízo, in casu, das orientações (pela PGDF) à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, no que tange aos 2 (dois) servidores supracitados, quanto às providências que devem ser adotadas pela corporação.

14. E, com efeito, para que não parem dúvidas quanto à competência da d. Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF para atuar como



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

órgão central consultivo jurídico do poder executivo do Distrito Federal (e de suas autarquias e fundações), transcreve-se a seguir o inteiro teor do art. 1º da Lei Complementar distrital nº 395/01, verbis:

"Art. 1º A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira na forma do art. 132 da Constituição Federal, cabendo-lhe a representação judicial e a consultoria jurídica do Distrito Federal e de suas autarquias e fundações, privativas dos Procuradores do Distrito Federal." (sem grifos no original)."

4. E, ao final, propondo:

"Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peça 12), encaminhado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em atendimento à Decisão nº 2701/20;

II. considerar regulares as admissões de LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS e PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, no então cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 98/90, publicado no DODF de 13.07.90, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhe deram causa (id est, aquelas proferidas no bojo do Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0 – litisconsórcio ativo de ambos), ora já transitadas em julgado.

III. determinar à d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, considerando sua competência para atuar como órgão central consultivo jurídico do poder executivo do Distrito Federal (e de suas autarquias e fundações), nos termos do art. 1º da LC distrital nº 395/01, que, em caráter de reiteração e em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, considerando, ainda, que a jurisdicionada retro já possui o inteiro teor do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12) requerido pela própria PGDF a este Tribunal, confira efetivo cumprimento ao item II da Decisão nº 2701/20, no que tange, nesta fase, às admissões de FRANCISCO ARAÚJO FILHO e ADENILDE SOARES COSTA, porquanto não há informações quanto ao deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (registrado no SIRAC), que aparentemente restou desfavorável a eles (bem como, também, por se desconhecer o teor do Parecer nº 153/2011 – CJDF/GAG e do Parecer nº 118/2011 – CJDF/GAG, ambos da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, reportando-se estes, respectivamente, aos servidores retro), sem prejuízo, in casu, das orientações cabíveis à espécie à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, no tocante às providências que devem ser adotadas pela corporação quanto aos 2 (dois) referidos servidores, a fim de sanear a situação de cada um dos interessados;

IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal à Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, bem como à própria Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; e

V. autorizar o retorno dos autos sub examine à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para adoção das providências subsequentes. autos

4. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF aquiesce às sugestões emanadas da Unidade Técnica (e-DOC 2DD035F8-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Relatado.

VOTO

5. As exposições apresentadas pelo Corpo Instrutivo, corroboradas pelo *Parquet*, são satisfatórias. De tal modo, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peça 12), encaminhado pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, em atendimento à Decisão nº 2701/20;

II - considere regulares as admissões de LAÉRCIO SOUSA DOS SANTOS e PAULO VICENTE DA SILVA JÚNIOR, no então cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), realizadas pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 98/90, publicado no DODF de 13.07.90, por guardarem conformidade com as decisões judiciais que lhe deram causa (*id est*, aquelas proferidas no bojo do Processo/TJDFT nº 2004.01.1.093492-0 – litisconsórcio ativo de ambos), ora já transitadas em julgado.

III - determine à d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, considerando sua competência para atuar como órgão central consultivo jurídico do poder executivo do Distrito Federal (e de suas autarquias e fundações), nos termos do art. 1º da LC distrital nº 395/01, que, em caráter de reiteração e em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, considerando, ainda, que a jurisdicionada retro já possui o inteiro teor do Ofício nº 651/2020 – PCDF/DGPC/ASS (peça 12) requerido pela própria PGDF a este Tribunal, confira efetivo cumprimento ao item II da Decisão nº 2701/20, no que tange, nesta fase, às admissões de FRANCISCO ARAÚJO FILHO e ADENILDE SOARES COSTA, porquanto não há informações quanto ao deslinde do Mandado de Segurança/TJDFT nº 2006.00.2.002709-2 (registrado no SIRAC), que aparentemente restou desfavorável a eles (bem como, também, por se desconhecer o teor do Parecer nº 153/2011 – CJDF/GAG e do Parecer nº 118/2011 – CJDF/GAG, ambos da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, reportando-se estes, respectivamente, aos servidores retro), sem prejuízo, *in casu*, das orientações cabíveis à espécie à Polícia Civil do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Distrito Federal – PCDF, no tocante às providências que devem ser adotadas pela corporação quanto aos 2 (dois) referidos servidores, a fim de sanear a situação de cada um dos interessados;

IV - dê ciência da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal à Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, bem como à própria Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; e

V - autorize o retorno dos autos sub examine à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para adoção das providências subsequentes.

Sala das Sessões, 3 de março de 2021.

MARCIO MICHEL
Conselheiro-Relator